



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 13/2021

Carta Convite n.º 04/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 CAMINHÃO CAÇAMBA.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O Prefeito Martins Dias de Oliveira solicitou a contratação, através dos meios legais, de empresa para locatária de caminhão truck basculante, com a justificativa de que o veículo será utilizado na manutenção das estradas vicinais, como auxiliar no patrolamento e cascalhamento das estradas vicinais, que a contratação é necessária tendo em vista a grande extensão territorial do município.

Foram acostados três orçamentos apresentados por empresas do ramo.

O Departamento de contabilidade forneceu as dotações orçamentárias com as rubricas indicadas para o custeio dos serviços.

O objeto está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seus art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõem da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

O Termo de Referencia descreve o item (caminhão basculante, 6x4, traçado, 0 km, emplacado, com caçamba mínima de 15m³, caçamba basculante, sobre chassis, modelo convencional com suporte para fominha. O período será de 10 meses, com valor unitário mensal de R\$ 8.200,00 (oito mil reais).



O convite é a modalidade de licitação prevista no artigo 22, III, da Lei n.º 8666/93, utilizada para contratações de menor vulto, se destina a interessados que pertençam a ramo de atividade pertinente ao objeto a ser licitado.

O processo está devidamente instruído com todos os documentos e procedimentos relativos à fase interna, constando ainda, por último, a minuta do edital, termo de referência e do respectivo contrato administrativo que são os principais itens de análise e aprovação neste parecer.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, em se tratando de Carta Convite, vale destacar que a respeito da publicidade do instrumento convocatório, deve-se atentar para a publicação do edital, a fim de ampliar a concorrência além dos convidados, haja vista que três é um número mínimo, o que não impede que a Administração admita uma quantidade maior de convidados.

O art. 40 do supracitado diploma legal indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.

Examinando a minuta do Edital em tela e seus anexos, verifica-se que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos.

A minuta do contrato administrativo também reflete todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também reflete outras condições estabelecidas no edital, especialmente no que concerne ao objeto e sua execução.

Deste modo, e estando a minuta do Edital e o contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, em observação à



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

fragilidade da licitação na modalidade Carta Convite, indicando que a Comissão de Licitação preserve a ampla concorrência, a impessoalidade e a moralidade no processo, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

É o parecer, que submeto à autoridade administrativa superior.

Porto Esperidião-MT, 24 de março de 2021.


José de Barros Neto

Portaria 58/2012

JOSE DE BARROS NETO
Advogado - OAB-MT 8841-A